

O ENSINO DE GEOGRAFIA POR MEIO DE INICIAÇÃO À PESQUISA PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

GT 10 - ENSINO, CURRÍCULO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Trabalho completo

Kelbiane Alves Rodrigues dos Santos 1 (Docente da rede estadual/Rondonópolis/Mato Grosso)

e-mail: kelbiane.santos@edu.mt.gov.br

Luline Silva Carvalho Santos 2 (Docente da rede estadual/Rondonópolis/Mato Grosso)

e-mail: luline.santos@edu.mt.gov.br

Fabiana Rodrigues Oliveira Queiroz 3 (Docente da UFR/Mato Grosso)

e-mail: fabiana.oliveira@ufr.edu.br

Resumo

Este artigo apresenta resultados parciais de pesquisa qualitativa desenvolvida com estudantes de ensino de médio, vinculada ao Edital 003/2023 Programa Pesquisa e Inovação na Escola - PIE. Trata-se de uma proposta que considerou as contribuições da iniciação à pesquisa como estratégia de ensino-aprendizagem para ampliação de conhecimento geográficos e, por conseguinte, da prática cidadã. Para tal, partiu-se das práticas espaciais cidadãs cotidianas de estudantes e as mobilizou a pesquisar e refletir sobre elas. Por meio da aplicação de instrumentos específicos – observações e questionários – identificou-se que a imersão na pesquisa qualitativa, e em todas as suas etapas (definição de tema, grupos de estudos, elaboração de instrumentos), impactou o conhecimento das estudantes sobre cidade, especificamente, sobre mobilidade urbana, que foi o recorte temático da pesquisa.

Palavras-chave: educação geográfica. espaço vivido. percepção das estudantes.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, parte-se do pressuposto de que os indivíduos que conhecem e se reconhecem em seu espaço de vivência são capazes de refletir e intervir de forma não alienada nas relações que se estabelecem ali. Nesse contexto, pensa-se a educação escolar como processo de desenvolvimento que perpassa execução e proposição de projetos formativos que contribuem para a prática social emancipadora, atuando na construção de conhecimentos que auxiliem os sujeitos a exercerem a cidadania.

Entende-se que a promoção da educação na perspectiva acima descrita, perpassa reflexões sobre os processos de ensino-aprendizagem, pois, a prática social emancipadora exige que o estudante consiga fazer conexões com aplicações cotidianas e seja capaz de encontrar soluções quando confrontado com um problema. De tal modo, emerge-se a busca por uma forma de ensino que proporcione ao estudante uma formação que o capacite a colaborar com a sociedade, respondendo aos desafios que surgem em situações-problema.

Neste trabalho, apresentamos reflexões sobre o ensino por meio da iniciação à pesquisa para estudantes do ensino médio. A proposta de promover a aprendizagem através da pesquisa se alinha à definição de Houaiss e Villar (2001), que entendem a pesquisa científica como um conjunto de atividades destinadas à descoberta de novos conhecimentos.

Nesse mesmo sentido, Demo (2001) explica que a pesquisa científica é a arte de questionar de forma crítica e criativa, permitindo a intervenção na realidade e sendo um componente essencial de qualquer proposta emancipatória. Considerando que o processo de aprendizagem deve estimular o senso crítico do estudante e a aplicação do conhecimento adquirido para atender às necessidades da sociedade, a pesquisa científica se revela uma ferramenta valiosa na formação do estudante. Quando devidamente explorada e esclarecida em sala de aula, pode enriquecer a ampliação do conhecimento.

Ramalho e Marques (2017) destacam que a geração de novos saberes e a resolução de problemas estão intrinsecamente ligadas ao ato investigativo. Partindo desse entendimento, infere-se que a escolarização desvinculada da pesquisa impacta negativamente na aquisição e reconstrução de conhecimentos, prejudicando, por consequência, o desenvolvimento de habilidades que tornam o estudante crítico e reflexivo em suas práticas.

Dito isso, este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa desenvolvida de forma colaborativa, na qual três estudantes foram inseridas em um projeto que as posicionou, simultaneamente, como pesquisadoras e objeto de pesquisa. Os dados analisados aqui destacam, especialmente, o impacto na aprendizagem das estudantes do ensino médio ao se tornarem pesquisadoras iniciantes, propondo-se a refletir sobre a cidade em que vivem sob uma perspectiva geográfica.

O enfoque geográfico foi orientado pelas professoras e pautou-se no entendimento de que, ao analisar fenômenos por meio dos conceitos geográficos, é possível compreender o espaço e as relações entre a sociedade e a natureza, que nele se formulam e são por ele mediadas. Assim, a delimitação do enfoque perpassou a compreensão de que a educação geográfica contribui para que indivíduos entendam o espaço, não apenas enquanto elemento físico, mas a partir das relações sociais que nele se estabelecem.

O tema Cidade foi escolhido considerando que nas últimas décadas, houve uma crescente preocupação, em diferentes âmbitos, com as cidades e processos nela contidos e/ou associados a sua estrutura, tais como apropriação dos espaços, a expansão demográfica, serviços, mobilidade, a urbanização, o uso de recursos naturais, descarte de resíduos e os impactos dessa conjuntura ao meio ambiente. Assim, o assunto virou pauta de políticas públicas de desenvolvimento, ações sociais vinculadas à iniciativa privada, organizações não governamentais e outros. Não obstante, a cidade também está contemplada em unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades da base nacional comum curricular.

Dentro da Geografia Escolar a temática de cidades tem sido pensada com vistas a uma aproximação da cidade ensinada com a cidade vivida (Cavalcanti, 2014), isso porque, tal movimento, viabiliza a significação do tema para o estudante, bem como possibilita a partir dos conhecimentos prévios e possíveis conceitos cotidianos, o acesso aos conhecimentos científicos e desenvolvimento dos conceitos verdadeiros.

Considera-se, portanto, que a análise geográfica da cidade viabiliza aos estudantes uma compreensão dos conceitos teóricos a partir da sua vivência cotidiana, conforme pontua, Callai e Moraes (2017, p.83)

Interessa então, discutir o ensino da cidade para o estudante compreender o lugar em que vive e, no mesmo caminho, fazer a abstração de modo a construir o conceito fazendo as teorizações necessárias, produzindo assim um conhecimento que pode ser significativo para a sua vida. Assim, por meio da análise geográfica da cidade e tendo como ferramenta intelectual o pensamento geográfico, acredita-se na possibilidade de uma educação para a formação cidadã.

A leitura geográfica das cidades considera as conexões e transformações que ocorrem no e com o lugar, condição que faz com que um fenômeno não se explique em si mesmo. Pois, a reorganização do espaço instituído pelos princípios do capital potencializa as relações entre espaços distantes e faz com que, por vezes, o indivíduo tenha dificuldades de se reconhecer como agente de produção do seu espaço de vivência.

É a partir dessa perspectiva que se compreende a disciplina de Geografia como processo educativo, capaz de contribuir com a formação cidadã a partir da mediação da construção do pensamento geográfico, possibilitando ao aluno a capacidade de analisar a organização do espaço por meio de suas experiências, e através dos conhecimentos científicos (Santos, 2020).

De acordo com Callai e Moraes (2017) a educação geográfica é caminho para cidadania, pois contribui para construção do conhecimento, de mundo dos estudantes e de seu importante



papel na sociedade, ao conseguirem construir um elo entre o conhecimento conceitual e a prática.

Dito isso, este artigo apresenta considerações sobre a inserção de estudantes de ensino médio, em pesquisa científica, na qualidade de pesquisadoras da cidade vivida por elas. Problematisa, como a imersão na pesquisa qualitativa e em todas as etapas que ela pressupõe (definição de tema, grupos de estudos, elaboração de instrumentos), impactou no conhecimento que as estudantes possuem sobre cidade, especificamente, sobre mobilidade urbana, uma vez que este foi o recorte temático da pesquisa.

2 A CIDADE VIVIDA NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO

A educação básica contribui na formação do indivíduo para vida em sociedade e a ciência geográfica apresenta uma formação de sistema conceitual que sustenta uma leitura singular do mundo, denominado de pensamento geográfico (Cavalcanti, 2019, Santos, 2020, 2021). Desse modo, pensar geograficamente possibilita a compreensão de problemas presentes no cotidiano dos indivíduos, dando condições para uma educação cidadã. É com base nessa compreensão, que o Projeto “Nós propomos” se desenvolveu na cidade de Rondonópolis com estudantes da rede pública de ensino.

2.1 Breves considerações sobre o projeto

O projeto ao qual este trabalho está vinculado foi concebido com a visão de que a educação básica deve formar indivíduos para a vida em sociedade, promovendo seu desenvolvimento em todas as dimensões humanas. Nesse contexto, a Geografia escolar contribui para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, por meio da formação de um sistema conceitual que sustenta uma leitura singular do mundo, conhecido como pensamento geográfico (Cavalcanti, 2019; Santos, 2020, 2021). Essa abordagem permite a compreensão de problemáticas do cotidiano, despertando o indivíduo para a cidadania e seu exercício (Cavalcanti, 2012; Miranda, 2016; Santos, 2020). Assim, o projeto visou conectar a cidade vivida pelas estudantes à cidade aprendida na educação formal, buscando mobilizar as estudantes bolsistas e, posteriormente, os demais estudantes de sala a refletirem sobre seus espaços cotidianos.

Para isso, foram consideradas as proposições da BNCC e as pesquisas geográficas que destacam a importância de articular e direcionar o desenvolvimento integral dos estudantes. Esse desenvolvimento abrange a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2017, p. 06).

Nesse sentido, visando o desenvolvimento cognitivo das estudantes e a mobilização para a prática cidadã, as ações desenvolvidas nas mediações buscaram construir um entendimento geográfico da cidade, compreendendo-a como lugar onde o modo de vida predominante na sociedade contemporânea se manifesta e o locus para a efetivação da prática cidadã.

Especificamente em relação à cidadania, buscou-se, por meio do percurso formativo proposto no projeto, vincular o tema estudado à dimensão política, abordando as reivindicações por inclusão social, respeito à diversidade e direitos mais amplos para melhores condições de vida e sobrevivência. O tema foi tratado na perspectiva de Cavalcanti (2013), que define cidadania como o direito de ter direitos, enfatizando a criação de direitos no cotidiano e na prática da vida coletiva e pública (Cavalcanti, 2013, p. 20).

Para a operacionalização do projeto, foram adotadas as proposições metodológicas do Projeto “Nós propomos!”, que, embora compartilhassem princípios comuns de desenvolvimento, evidenciaram as singularidades da realidade local e dos interesses das estudantes envolvidas.

2.2 A experiência vivenciada: a iniciação na pesquisa de estudantes de ensino médio como instrumento de aprendizagem da Geografia

Inicialmente, a execução do projeto envolveu estudos e planejamento por parte das professoras orientadoras, que definiram os direcionamentos e abordagens a serem utilizados com as estudantes, com o objetivo de mobilizá-las para uma participação efetiva. O grupo era composto por três meninas, com idades entre 16 e 17 anos, cursando o ensino médio em uma escola pública localizada na região central de Rondonópolis, sem vínculos empregatícios ou experiências profissionais que ultrapassassem o ambiente escolar.

Nas etapas seguintes, foi realizado um diálogo com as estudantes sobre os possíveis temas a serem investigados. A seleção dos tópicos ocorreu após uma roda de conversa com as orientandas, permitindo que as professoras definissem temas pré-estabelecidos, levando em

conta o contexto que abrange diversas esferas que influenciam a rotina dos estudantes como um todo. Foram apresentados os seguintes temas: mobilidade urbana, saúde e segurança, juventude e mercado de trabalho, dinâmica populacional, desenvolvimento social e econômico, e lazer e cultura.

Em seguida, foi solicitado que elas refletissem sobre esses temas em relação às suas próprias práticas espaciais cotidianas na cidade de Rondonópolis, buscando identificar possíveis desafios e problemas associados à cidade. Durante essa etapa, observou-se que as estudantes tiveram dificuldades em definir de forma objetiva quais temas se configuravam como os problemas mais evidentes em Rondonópolis.

Uma primeira observação analítica revela que, apesar de estarem no 2º e 3º anos do ensino médio, as alunas não demonstraram discernimento em relação aos vínculos entre os temas propostos e a realidade da cidade, o que exigiu a mediação das professoras para fornecer explicações pontuais sobre como cada um dos tópicos poderia ser abordado em Rondonópolis. Mesmo após essas intervenções, as estudantes ainda apresentaram fragilidade nas generalizações, mostrando dificuldade para escolher os temas ou propor novos assuntos, uma vez que esta última opção também estava disponível.

As mediações das professoras orientadoras e novas ponderações com as estudantes basearam-se em Gil (1996) e Gomes (2001), na qual as professoras explicitaram as estudantes que para pesquisar é preciso ter uma pergunta a ser respondida e que o ato de pesquisar surge da necessidade de responder a um questionamento, seja pela falta de informação ou porque a informação disponível atende apenas parcialmente ao que se busca. Enfatizou-se, portanto, que o desenvolvimento de uma pesquisa precisa ter tema delimitado e objetivo preciso. A partir de então, os interesses manifestados pelas estudantes, centraram-se nos seguintes temas: Mobilidade urbana; Saúde e segurança; Juventude e mercado de trabalho e Lazer e cultura. As estudantes argumentaram para as escolhas: as recentes repercussões envolvendo a mobilidade urbana, a falta de acesso a lazer e cultura e a dificuldade que os jovens enfrentam para inserção no mercado de trabalho em Rondonópolis.

Devido à diversidade dos temas abordados e à necessidade de um recorte considerando o período de execução da pesquisa, foi essencial uma nova mediação das professoras orientadoras. Elas trabalharam com as estudantes, utilizando suas experiências cotidianas para identificar quais dos temas previamente selecionados apresentavam mais problemas. As alunas focaram em vivências recentes, como a greve no transporte público e as dificuldades enfrentadas por alguns colegas da escola, destacando não apenas o impacto da greve, mas

também a falta de linhas de ônibus. Com base nessas discussões, a mobilidade urbana foi definida como o tema central da pesquisa.

Esse momento da pesquisa de construção e desconstrução, foi de extrema relevância, pois permitiu que as alunas experienciassem a pesquisa qualitativa como uma abordagem flexível que conforme Pires (2012) se ajusta ao longo de seu desenvolvimento dado os objetos complexos que contempla, a utilização e combinação de diversas técnicas de coleta de dados, a habilidade de descrever aspectos da vida social e identificar eventos inesperados.

Assim, esse movimento permitiu que as estudantes elessem um problema local para que em seguida procedesse com análise de suas causas com base no conhecimento sistematizado da geografia e, por fim, propusessem ações resolutivas para ele. Após a definição do tema, foi aplicado um questionário de sondagem às estudantes para verificar o entendimento prévio que elas tinham sobre o assunto escolhido para a pesquisa. O questionário consistia em cinco questões dissertativas, formuladas de maneira geral, permitindo que as estudantes discorressem sobre o tema a partir das noções que já haviam constituído e consolidado. Essa abordagem teve por objetivo evitar a rigidez e o direcionamento das respostas, como ocorreria em questões objetivas, e possibilitou observar que as estudantes tinham noções sobre mobilidade urbana, embora as associações feitas estivessem principalmente ligadas ao acesso aos meios de transporte.

Quando as estudantes foram questionadas sobre o entendimento que possuíam sobre mobilidade urbana, duas teceram respostas que sinalizaram para o “movimentar-se no espaço urbano” e uma informou que se tratava do “conjunto dos meios de transporte”. Das duas que contemplaram o movimento no espaço urbano, uma considerou-o como um direito e a outra como possibilidade.

Em seguida, avaliando a mobilidade urbana em Rondonópolis, duas informaram que era ruim, mas não justificaram esse entendimento e uma afirmou: “*Não estou muito a par da mobilidade urbana em geral, porém, por alguns relatos, de familiares, colegas e mais, a mobilidade, não é muito acessada pela população, principalmente a com baixa renda.*” (Estudante 3, 2023). Observa-se nesta questão a incipiência das respostas das estudantes. Quando se considera a resposta da estudante 3, essa observação se torna mais latente, pois a estudante ponderou sobre a mobilidade urbana como se fosse um fenômeno externo à própria prática espacial. Dito de outra forma, a estudante partiu de narrativas alheias, por não se perceber como sujeito que usufrui cotidianamente da mobilidade urbana ofertada por Rondonópolis. Ela desassociou a mobilidade urbana do seu próprio direito de acesso à cidade, bem como ponderou que o acesso à mobilidade está condicionado à renda.

Esse contexto apontou para as fragilidades conceituais que as estudantes tinham sobre o tema. Ao analisarem os aspectos de infraestrutura que impactam a mobilidade urbana, a estudante 1 comentou sobre a quantidade de pontos de ônibus e a falta de planejamento para acessá-los, descrevendo a infraestrutura como precária. As respostas das estudantes 2 e 3 não abordaram especificamente a infraestrutura; elas se concentraram nos serviços oferecidos pelo transporte público e nas dificuldades de acesso aos meios de transporte individuais, em razão das condições financeiras da população.

Essa compreensão limitada se repetiu quando foram questionadas sobre estratégias para minimizar ou atenuar os problemas de mobilidade urbana na cidade. Apenas a estudante 1 apresentou propostas de intervenções que incluíam melhorias na infraestrutura. A estudante 2 mencionou a necessidade de políticas públicas, mas não se aprofundou no tema, enquanto a estudante 3 restringiu sua resposta à ampliação dos serviços de transporte público.

De maneira geral, pode-se afirmar que as estudantes demonstraram um entendimento coerente sobre mobilidade urbana e reconheceram quem são os grupos mais afetados por esses problemas, como os mais pobres ou com recursos financeiros limitados. No entanto, seus argumentos sobre infraestrutura e possíveis soluções foram superficiais.

Por essa razão, considerou-se necessário realizar novos estudos e diálogos sobre o tema com as estudantes, a fim de apoiá-las na elaboração de questionários que seriam aplicados em suas turmas. As discussões com as alunas foram estruturadas em torno dos seguintes tópicos: a) o conceito de mobilidade urbana; b) a relevância da mobilidade urbana para o acesso à cidade; c) a mobilidade urbana como parte das políticas públicas; d) o contexto histórico das causas dos principais problemas relacionados à mobilidade urbana; e) a mobilidade urbana em Rondonópolis e seus desafios ao longo do desenvolvimento da cidade; f) possíveis estratégias para melhorar a mobilidade urbana em Rondonópolis; g) as legislações que tratam da mobilidade urbana no país; h) a análise da mobilidade urbana através dos conhecimentos geográficos.

Destacou-se com as estudantes, que a circulação livre de pessoas está diretamente relacionada às condições de mobilidade urbana oferecidas pela cidade, as quais podem tanto limitar quanto ampliar o acesso à cidade para diferentes classes sociais, criando espaços de segregação e territórios cujo acesso depende do poder aquisitivo para a posse de automóveis e outros meios de transporte que atendam às necessidades de deslocamento.

Foi problematizado que, no caso de Rondonópolis, o crescimento expressivo da cidade, em um período curto de tempo, gerou um desalinhamento entre a velocidade de apropriação do espaço urbano e as transformações necessárias para atender essa sociedade

urbana. Explicou-se que as necessidades populacionais não foram acompanhadas pela infraestrutura urbana, e esse contexto tem se perpetuado ao longo dos anos. Foi apresentado o dado de que, na década de 1970, 60% da população era rural; uma década depois, esse número caiu para apenas 20%, evidenciando que as infraestruturas e as opções alternativas de mobilidade na cidade não acompanharam esse crescimento.

Considerando o objetivo desta etapa do projeto de inserir as estudantes nos processos de desenvolvimento de pesquisa, elas foram solicitadas a elaborar um questionário objetivo a ser aplicado aos alunos da rede estadual. Esse questionário foi posteriormente analisado pelas professoras orientadoras com a finalidade de avaliar se houve uma ampliação do conhecimento das estudantes sobre o tema de mobilidade urbana. Em síntese, questionou-se: considerando as respostas iniciais das estudantes sobre mobilidade urbana e os grupos de estudo realizados em seguida, as alunas ampliaram seu entendimento sobre o assunto? Essa ampliação pode ser percebida no processo de elaboração dos questionários que farão parte da segunda etapa da pesquisa?

O questionário elaborado pelas estudantes consistiu em 12 questões objetivas, organizadas em cinco seções: compreensões gerais sobre mobilidade urbana, transporte público, infraestrutura, acessibilidade e práticas cotidianas dos respondentes em relação à necessidade de mobilidade urbana.

Em relação às questões elaboradas e suas alternativas, observou-se que todas as 12 questões apresentavam opções objetivas consistentes, abordando dimensões relevantes da mobilidade urbana.

Na questão 6, por exemplo, que indaga quais infraestruturas os respondentes consideram necessitar de melhorias e quais precisam ser construídas para uma mobilidade urbana mais eficiente e segura em Rondonópolis, contou com as seguintes alternativas: a) Ampliar e melhorar a pavimentação asfáltica, b) A sinalização de trânsito; c) Construção de ciclovias para potencializar uso de bicicletas, como meio de reduzir o trânsito na área central da cidade; d) Implementação de Corredores de Transporte Coletivo; e) Construção de Terminais de passageiros; f) Melhoramento das calçadas, com espaço de passeio e com acessibilidade aos usuário.

Um segundo exemplo refere-se a questão de número 12 em que as estudantes indagam aos respondentes quais seriam as possíveis soluções para os problemas conhecidos de mobilidade urbana, sugerindo como opções: a) Diversificação do modais de transportes utilizados (metrô, ônibus, bicicletas de uso coletivo); b) Integração facilitada, com a implementação de terminal de ônibus, c) Aumento da cobertura das redes de transporte público

e horários de funcionamento das linhas a fim de evitar congestionamentos e superlotação; d) Adoção de melhorias nas vias e na infraestrutura urbana de modo geral, conferindo maior grau de fluidez ao espaço.

Em análise ao questionário desenvolvido pelas estudantes, chama a atenção para o fato de que a própria estruturação do questionário apresentou indícios de que elas romperam com o entendimento de mobilidade que se resumia aos meios de transporte, uma vez que trouxeram outros tópicos importantes como infraestrutura e acessibilidade.

Considera-se que as opções dadas aos respondentes correspondem às necessidades e possibilidades observadas pelas estudantes ao longo do processo de desenvolvimento da pesquisa, logo, elas ampliaram em grandes proporções o conhecimento inicial apresentado por elas no questionário de sondagem, evidenciando as possibilidades de aprendizagem por meio da iniciação a pesquisa.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou resultados parciais de pesquisa desenvolvida em uma via de mão dupla, por meio da qual três estudantes foram inseridas em projeto de pesquisa sendo essas pesquisadoras e pesquisadas de forma concomitante. Os dados analisados aqui, apresenta, especialmente, como a aprendizagem de três estudantes do ensino médio foi impactada quando essas passaram de alunas a pesquisadoras iniciantes e se propuseram a pensar a cidade em que vivem, com um enfoque geográfico. A análise concluiu que a pesquisa científica expande o universo de aprendizado e aplicação do conhecimento, devendo ser considerada como estratégia de ensino.

Notou-se que a introdução de práticas de pesquisa entre os estudantes do ensino médio pode se revelar um poderoso instrumento de aprendizado na disciplina de Geografia. Essa abordagem permite que os alunos desenvolvam habilidades críticas, analíticas e de investigação, ao mesmo tempo em que aprofundam sua compreensão dos temas geográficos.

Por meio das atividades, as estudantes lidaram com o movimento da pesquisa qualitativa e foram incentivadas a explorar questões de mobilidade urbana, considerando as dimensões ambientais, sociais e econômicas, bem como conectando os conhecimentos geográficos às suas práticas cotidianas. Essa vivência promoveu um aprendizado ativo, no qual as estudantes não apenas acessaram conteúdos sistematizados, mas também formularam perguntas sobre eles, coletaram dados e interpretaram resultados.



Assim, na análise do trabalho constatou-se que houve uma evolução no entendimento de mobilidade das estudantes, que antes se limitava apenas aos meios de transporte. Infere-se que elas expandiram significativamente o conhecimento inicial expresso no questionário de sondagem, evidenciando as oportunidades de aprendizado em Geografia proporcionadas pela iniciação à pesquisa.

REFERÊNCIAS

CALLAI, H. C.; MORAES, M. M. Educação Geográfica, Cidadania e Cidade. **Acta Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial, 2017.

CALLAI, Helena Copetti. A Geografia escolar e os conteúdos da Geografia. In:_____ A formação do profissional de Geografia: o professor. Coleção: Ciências Sociais. Ijuí: Ed. Unijuí. 2013. p. 39-59.

CAVALCANTI, Lana de S. A metrópole em foco no ensino de Geografia: o que/para que/para quem ensinar? PAULA, Flávia M. de A. e outros (orgs.). Ensino de Geografia e Metrópole. Goiânia-GO. Gráfica e Editora América, 2014.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Pensar pela Geografia: ensino e relevância social. Goiânia: C&A Alfa comunicação, 2019.

DEMO, Pedro. Saber pensar. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996.

GOMES, Alberto Albuquerque. Considerações sobre a pesquisa científica: Em busca de caminhos para a pesquisa científica. Intertemas. Presidente Prudente, v5,p61-81, Nov.2001.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MIRANDA, Paloma. Modelo de progresión del aprendizaje geográfico como proceso situado: aulas interculturales como caso de estudio. 2016. 288 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Educação, Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Chile, Chile, 2016.

PIRES, Álvaro. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS Jean-Pierre; GROULX, Lionei-H.; LAPERRIERE, Anne; MAYER, Robert; PIRES Álvaro. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

RAMALHO, Ângela Maria Cavalcanti; MARQUES, Francisca Luseni Machado. A pesquisa científica como construção do conhecimento. Apostila da disciplina Pesquisa e Ensino em Geografia. UFRN - Rio Grande do Norte: 2017;



SANTOS, Luline Silva Carvalho e SOUZA, Vanilton Camilo. Pensar e raciocinar: a geografia como instrumento de cognição. In Signos Geográficos - Boletim NEPEG de Ensino de Geografia, 3: 1-19, 2021

SANTOS, Luline Silva Carvalho. Pensamento geográfico: o desafio da formação inicial em geografia. 2020. 215 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.